

Távora garante que autor de voto irregular terá punição

BRASÍLIA — O Presidente da comissão que apura a fraude no processo de votação da Constituinte, Senador Virgílio Távora (PDS-CE), disse ontem que "não haverá apadrinhamento, cumplicidade ou vedetismo" na investigação que está realizando e que o Constituinte que votou em nome do Deputado Sarney Filho (PMDB-MA) "será apontado publicamente".

O Senador não quer se manifestar sobre a punição cabível no caso, alegando que a decisão é da exclusiva competência da Mesa, mas pessoalmente é contrário à cassação do mandato do infrator.

— Não estou prejudgando, isto não me cabe e nem fica bem. Não tenho este direito. Mas sou favorável a uma advertência pública ao infrator, que o desmoralize perante a Casa e perante a Nação, de forma tal que ele dificilmente teria coragem de pisar aqui de novo.

Nos próximos dias, Virgílio Távora receberá dos técnicos que operam o computador do painel eletrônico os nomes dos Deputados que podem apontar o autor da fraude. Serão identificados a cadeira em que votou o infrator e os nomes dos Deputados que estavam junto dele, à esquerda, à direita, à frente e atrás. Se ele votou na bancada de votos avulsos, será possível aos técnicos identificar os parlamentares que votaram imediatamente antes e depois.

O Senador conta com a fita da Rede Globo gravada durante a votação, esperando que seja possível identificar nas imagens a localização exata do autor da fraude, a partir dos parlamentares que estavam com ele.



Centenas de funcionários do Congresso, orientados por um técnico em computação, testam o painel eletrônico

Técnicos testam o painel eletrônico do Congresso

BRASÍLIA — Com a ausência de parlamentares que foram passar o carnaval em seus Estados, o plenário da Constituinte viveu ontem momentos inéditos. O Deputado Ulysses Guimarães foi substituído, por duas vezes, pelo técnico em computação Adelmo Pilger, que presidiu a sessão de teste do sistema eletrônico de votação da Câmara. E nos lugares dos parlamentares tomaram assento centenas de funcionários do Congresso.

A sessão da manhã, acompanhada por sete técnicos de São Paulo e por outros dez que trabalham no sistema eletrônico da Câmara, foi rápida. No terceiro teste, o único que não regis-

trou votos duplos ou irregulares, Adelmo Pilger, gerente do projeto da holding alemã A.E.G. Sistemas Industriais (que montou o programa de computação do Congresso), viu-se obrigado a suspender a sessão: os funcionários haviam deixado apressadamente as bancadas e estavam concentrados na porta do plenário, fechada desde o início dos testes.

E que estava na hora de bater o ponto porque o relógio marcava 12 horas. O técnico ainda pediu mais alguns minutos, mas sem sucesso. Optou por marcar nova sessão para depois do almoço.

Ao entrar no plenário, cada fun-

cionário recebeu uma ficha com instruções para operar o terminal sob a orientação de Pilger.

Como o sistema já funcionou na Comissão de Sistematização e no plenário da Constituinte, os técnicos estavam, na verdade, simulando uma votação das sessões do Congresso Nacional ou da Câmara dos Deputados. O processo é diferente do adotado pela Constituinte, que não prevê o voto de liderança separado.

Paralelamente aos testes, que serão realizados até a próxima terça-feira, os técnicos tentam identificar quem votou no lugar do Deputado Sarney Filho.

Esquerda permanece no PMDB até a Carta

PORTO ALEGRE — O Líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, disse ontem que, além do Centro Democrático, os parlamentares mais à esquerda do partido, como os Deputados Pimenta da Veiga, Nelson Friedrich, Otávio Elísio, Hermes Zanetti e outros com quem tem mantido conversações estão decididos a manter a unidade da agremiação até o final da Constituinte. Ele acrescentou que tal aglutinação é decisiva para "a última tarefa do PMDB tradicional, que é dotar o País de uma Constituição moderna e progressista, e no primeiro momento subsequente, redefinir rumos e objetivos".

Ibsen Pinheiro teve sucessivas reuniões com os líderes do Centro Democrático Expedido Machado, Ubiratan Aguiar e Marcos Rosemann, até marcar o encontro com o Presidente Ulysses Guimarães para a entrega do documento de 61 assinaturas que definiu o rompimento com o Centrão e a reintegração ao comando partidário. Simultaneamente, reuniu-se com a ala mais à esquerda do partido. Ele destacou, ontem, a importância do documento divulgado por 23 Deputados da bancada estadual do PMDB defendendo mandato de quatro anos para o Presidente Sarney e o adiamento da reunião do Diretório Nacional para depois de promulgada a nova Constituição.

Maciel condena os cartazes injuriosos

O Presidente do PFL, Senador Marco Maciel, criticou ontem os dirigentes da CUT responsáveis pela distribuição dos cartazes em que Constituintes são chamados de traidores do povo. Após lembrar que a democracia só se fortalece com o respeito às leis e à divergência de opinião, ele disse não ser contra as cobranças, mas advertiu:

— O que não podemos admitir são agressões aos Constituintes. A maneira mais democrática de se cobrar é através do voto.

Maciel lançou ontem, na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio, o seu segundo livro, "Liberalismo e Justiça Social", presentes os Deputados Márcio Braga e Paulo Ramos (PMDB-RJ), o historiador Hélio Silva e o empresário Hélio Paulo Ferraz, postulante à indicação do PFL para disputar a Prefeitura do Rio.

O Senador disse ser necessário se passar da retórica à ação no combate à corrupção. A seu ver, todas as denúncias devem ser apuradas. Ele lembrou que o PFL, através de seu Líder no Senado, Carlos Chiarelli, solicitará uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncias envolvendo o ex-Ministro Aníbal Teixeira.

Marco Maciel disse que o desgaste do Governo José Sarney não atinge o Ministro Aureliano Chaves, virtual candidato da Frente Liberal à Presidência da República.

— Ele tem luz própria — frisou. Maciel entende que a eleição para a sucessão do Presidente Sarney deve ser este ano.

Plenário examinará emendas individuais

BRASÍLIA — Para iniciar a votação de um dos pontos mais polêmicos do Projeto de Constituição — Direitos dos Trabalhadores — a Constituinte terá que apreciar ainda 16 emendas individuais, de caráter aditivo, do Capítulo referente aos Direitos Individuais e Coletivos, que já consumiu 10 sessões plenárias. Se forem aprovadas, essas emendas poderão incluir na Constituição a figura do Defensor do Povo e até mesmo punições específicas para os chamados "crimes de colarinho branco".

Este tipo de delito passaria a ser considerado "ofensa ao povo" e, portanto, inafiançável e imprescritível. A emenda é do Deputado Maguito Vilela (PMDB-GO), o mesmo que chegou a propor uma emenda exigindo que todos os carros oficiais do serviço público fossem pintados de uma mesma cor. Maguito defende, para os crimes de colarinho branco, punições que se estendem aos mandantes e executores, que não teriam direito a anistia.

Já a proposta que cria o Defensor do Povo, uma figura que seria responsável pela apuração de abusos e omissões de qualquer autoridade quando se tratasse de desrespeito às normas constitucionais, vem assinada pela Deputada Raquel Capiberibe (PMDB-AP). Esta defensoria seria escolhida em sessão secreta, pela Câmara dos Deputados, e poderia assumir caráter regional, desde que consagradas nas Constituições Estaduais. A criação do Defensor do Povo vem sendo discutida desde a ins-

talação das subcomissões temáticas, e foi banida pela Sistematização.

Entre estas 16 emendas, destacam-se ainda as propostas do Deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), que impede que qualquer documento seja mantido em sigilo por mais de 30 anos e do Senador Chagas Rodrigues (PMDB-PI), que obriga que o condenado por homicídio doloso passe 25 por cento de seus bens aos herdeiros e dependentes do assassinado.

A legalização, sem autorização prévia, da retirada de órgãos ou parte do corpo humano para transplante ou outros fins terapêuticos está expressa na proposta do Deputado Alvaro Valle (PL-RJ), que só ressalva os casos que, em vida, tenham se manifestado contra esta retirada. O aborto, que no texto aprovado pelo plenário, nem mesmo foi mencionado, assegurando-se apenas o "direito à vida", pode passar a ser considerado crime através da emenda do Deputado Chagas Duarte (PFL-RR).

A Deputada Dirce Tutu Quadros (PTB-SP) pretende a aprovação de uma emenda que defenda o "livre exercício e prática da assistência e tratamento espiritual", desde que estes serviços sejam fornecidos gratuitamente.

A aprovação destas emendas depende de maioria absoluta de 280 votos e, só depois de apreciadas é que o plenário poderá iniciar as discussões para a votação do Capítulo II — Direitos Sociais —, que começa pelo polêmico dispositivo relativo à estabilidade no emprego.

Ulysses vai tentar um acordo sobre estabilidade

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, vai reunir na próxima sexta-feira as lideranças partidárias para tentar acordo em torno da estabilidade no emprego, o primeiro tema polêmico a ser votado após a conclusão do Capítulo I da Constituição. Um grupo de negociadores chegou a examinar quinta-feira a fusão de cinco emendas com o objetivo, segundo o Senador Virgílio Távora (PDS-CE), de concluir um texto que "não atenda aos exageros" nem da direita nem da esquerda.

Na reunião, no gabinete do Líder do PMDB, Fernando Henrique Cardoso, foi examinada fórmula que estabelece o princípio da estabilidade na parte permanente da Constituição, deixando para o Título das Disposições Transitórias a obrigatoriedade de pagamento da indenização (de até 50 por cento do FGTS), em caso de demissão sem justa causa. O PMDB, segundo o Deputado Antônio Brito, insiste em manter o texto do primeiro relatório do Deputado Bernardo Cabral, que fixa o princípio da estabilidade e remete a regulamentação à lei ordinária.

A liderança do PMDB, de acordo com Antônio Brito, não deseja fixar no texto a obrigatoriedade da indenização. O Centrão quer que a estabilidade seja garantida mediante indenização a ser fixada em lei complementar.

Na caminhada, Newton insiste em 5 anos

Governador defende mandato de Sarney e diz que eleições este ano só se forem gerais

BELO HORIZONTE — Defensor dos cinco anos de mandato para o Presidente Sarney, o Governador Newton Cardoso, surpreendentemente, admitiu esta semana que, se a duração for reduzida por determinação da Constituinte, lutará pela realização de eleições gerais que incluam a de Governadores.

Tido por truculento pela oposição e por arrojado pelos seus simpatizantes, Newton Cardoso não sente o menor temor diante da hipótese de ter que enfrentar novamente o eleitorado, mesmo com menos de um ano à frente do Palácio da Liberdade. Para bancar tal possibilidade, confessou, conta apenas com a execução de um vasto programa de obras.

Em entrevista ao GLOBO, Newton explicou que não faltam recursos para a realização das obras, pois o Estado apresentou a maior eficiência na arrecadação do ICM no País, e "não deve um tostão à ninguém". No entanto, sua nova candidatura só será possível, caso a Constituinte aprove a reeleição de Executivos.

— Venci as eleições com a pequena margem de 300 mil votos sobre meu adversário (Itamar Franco). Tenho certeza de que hoje esta diferença pularia para um milhão de votos — afirmou.

A possibilidade de que as eleições presidenciais sejam realizadas ainda este ano, entretanto, foi descartada pelo Governador de Minas. Ele acha que são muitas as dificuldades para a escolha do sucessor do Presidente Sarney em 1988, co-

mo, por exemplo, a definição pelos constituintes do sistema de Governo. Além disso, observou que, depois de promulgada a nova Constituição, será necessária a elaboração de legislação complementar e ordinária.

Newton voltou a cobrar maior rapidez nos trabalhos da Constituinte e considerou a futura Constituição um fator de estabilidade social, caso venha em consonância com a realidade brasileira.

Perder alguns quilos, com uma dieta balanceada, aliada a uma caminhada diária, em marcha puxada, e implantar uma reforma administrativa até meados deste ano são suas metas prioritárias. Newton autorizou uma auditoria interna em todas as Secretarias de Estado. Quer, com esta medida, prestar contas ao povo mineiro em seu primeiro aniversário de Governo. Segundo disse, a ordem é única: enxugar e cobrar.

Aqueles que não se enquadrarem a esse postulado administrativo, segundo ele, podem se considerar, desde logo, fora do Governo. Newton Cardoso anunciou que, até julho, reduzirá o quadro funcional em cerca de 150 mil servidores. Perto de dez mil cargos de confiança serão extintos, de acordo com o Governador, confirmando ainda que sobre a sua mesa dormem milhares de pedidos de empregos feitos por correligionários, que não serão atendidos.

— Tancredo Neves chegou ao Governo de Minas com os olhos voltados para o Planalto. Seu sucessor,



Newton faz cooper sob a chuva

Hélio Garcia, prosseguiu sustentando os compromissos de Tancredo. Alguém tinha que pagar isso. Minas dará um exemplo de austeridade ao Brasil — prometeu.

Para desfazer uma imagem que ele próprio se encarregou de difundir, ou seja, a de "fazedor de obras", Newton deu como favas contadas uma vitória do PMDB na sucessão do Prefeito da capital mineira, Sérgio Ferrara. Seguro de sua previsão, o Governador disse também que, como estrategista político, conseguiu esta semana trazer para o PDC — partido de sustentação do Governo mineiro — um número de Prefeitos superior aos do PFL. Isto representa mais de 80 Prefeituras.